

**ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A**  
**30 DE DEZEMBRO DE 2009**

**ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**REALIZADA A 30 DE DEZEMBRO DE 2009**

No dia trinta de Dezembro do ano de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas, no edifício dos Paços do Município de Viana do Alentejo, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1)** Aprovação da proposta de acta relativa à sessão extraordinária realizada no dia 27 de Novembro de 2009;
- 2)** Apreciação de informação escrita sobre a actividade da Câmara;
- 3)** Aprovação da acta em minuta;
- 4)** Eleição de um autarca de freguesia para integrar como vogal o Conselho Cinegético Municipal (art.º 157.º do D.L. n.º 202/2004, de 18 de Agosto, alterado e republicado pelo D.L. n.º 201/2005, de 24 de Novembro);
- 5)** Ratificação da escritura de constituição da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo;
- 6)** Pedido de Acordo da Assembleia Municipal quanto à afectação aos municípios associados da despesa com o Pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central em 2010;
- 7)** Pedido de Acordo da Assembleia Municipal quanto à comparticipação mensal deste Município para a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central em 2010 (3.500,00 €);
- 8)** Proposta de aprovação do mapa de pessoal para 2010;
- 9)** Proposta de aprovação dos documentos previsionais para 2010-2013;
- 10)** Proposta de aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativos à gerência que terminou a 25 de Outubro de 2009 (art.º 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto na redacção actual – Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas).

O senhor Presidente declarou aberta a sessão e procedeu à chamada, tendo-se verificado as presenças dos seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Rui Manuel Baptista Varela Gusmão, na qualidade de primeiro secretário;
- António Joaquim Vinagre Padeirinha, na qualidade de segundo secretário;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- José Luís Potes Pacheco;
- Marcos Júlio Calado Caleiro;
- Zélia Maria Mira Valério;
- Nuno José Caeiro Grave;
- João Henrique Carracha Garcia;
- João Manuel Sim Sim Rosado;
- Jacinto Manuel Sacristão Valente;
- Francisco Aquilino Chibeles Mestre;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;

- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas;
- José Francisco Seco Rato, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificaram-se as faltas dos seguintes membros:

- Vera Lúcia Calca Bonito Cardoso;
- Rui Alexandre Graça Dias;
- António João Figueira Falé.

Em representação da Câmara Municipal esteve o senhor Presidente, tendo estado também presentes os senhores Vereadores João António Merca Pereira e Paulo José Cachola Manzoupo.

O senhor Presidente da Assembleia propôs a inclusão na ordem de trabalhos do seguinte ponto adicional:

**11)** Proposta de integração deste Município na Entidade Regional de Turismo do Alentejo.

A Assembleia deliberou por unanimidade autorizar a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos.

A mesa justificou por unanimidade as seguintes faltas:

- de Maria Laurência Gemitto, à sessão ordinária de 18 de Setembro de 2009;
- de António Joaquim Vinagre Padeirinha, à sessão extraordinária de 27 de Novembro de 2009.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de antes da ordem do dia.

O membro José Luís Pacheco manifestou a sua satisfação pelo facto da Câmara Municipal estar a solicitar hoje à Assembleia a necessária autorização para aderir à Entidade Regional de Turismo do Alentejo.

O membro João Garcia referiu-se à prorrogação de prazo para a entrada em vigor do novo regulamento da Tabela de Taxas e Licenças, na sequência da publicação da legislação nesse sentido. Disse que a Câmara Municipal terá agora tempo para fazer as rectificações necessárias e porventura rever alguns coeficientes de cálculo que oneram demasiado o valor final das taxas. Fez votos para que o trabalho seja bem feito e que na versão final os munícipes não fiquem muito penalizados. Pediu também alguma atenção para os prazos uma vez que os serviços com frequência não os cumprem.

O senhor Presidente da Câmara perguntou que prazos não estão a ser cumpridos. O membro João Garcia respondeu que são os prazos relativos aos pedidos de licenciamento.

O senhor Presidente da Câmara, acerca da intervenção do membro José Luís Pacheco, disse que o Concelho de Viana e outros têm ficado para trás na divulgação turística pois as atenções têm estado centradas nos Concelhos de maior dimensão. Em seu entender, se os Concelhos de menor dimensão se agruparem por critérios de proximidade, poderão integrar “pacotes de oferta turística” para a zona em causa

advindo daí benefícios para todos. Disse o senhor Presidente da Câmara esperar que a Entidade Regional de Turismo do Alentejo dê passos nesse sentido.

Quanto à prorrogação de prazo para a entrada em vigor do novo regulamento da Tabela de Taxas e Licenças, o senhor Presidente da Câmara disse que o tempo continua a ser insuficiente para a análise que é necessário efectuar ao documento.

O membro João Garcia sublinhou que a Tabela de Taxas tem muitas falhas e que existem situações tão evidentes que não demorarão muito tempo a serem diagnosticadas. Referiu que nos cálculos para apurar o valor das taxas existem determinados factores a ter em conta, nomeadamente o custo do edifício onde nos encontramos. Perguntou este membro se esse custo está actualizado pois os Paços do Concelho já estão pagos.

O membro José Luís Pacheco referiu que esta situação não deverá ser a mais relevante no valor final das taxas pois a ser assim os valores seriam muito díspares a nível dos Municípios da Associação de Municípios do Distrito de Évora e o que na prática se verifica é que os montantes são muito aproximados.

O senhor Presidente da Assembleia recomendou a disponibilização das actas da Assembleia Municipal, no site do Município, após aprovação.

Quanto ao Regimento, disse que o anterior continua em vigor, não existindo grandes alterações a efectuar a não ser a retirada de algumas redundâncias. O senhor Presidente da Assembleia pediu que quem tiver sugestões a fazer acerca do Regimento as faça para o seu endereço de e-mail.

O membro Francisco Mestre referiu que no anterior mandato os eleitos do Partido Socialista criticaram o executivo C.D.U. por não permitir que a oposição escrevesse no Boletim Municipal. Perguntou qual a posição do actual executivo sobre esta matéria.

O senhor Presidente da Câmara respondeu que este executivo está disponível para encontrar um modelo de participação das forças políticas da oposição no Boletim Municipal.

No primeiro período de intervenção do público, usou da palavra o senhor João Luís Batista Penetra. Referiu que o seu filho frequenta o ensino superior e nessa condição usufrui de bolsa de estudo deste Município. O regulamento respectivo equipara a inscrição para melhoria de nota a insucesso escolar. Disse não concordar com esta situação pelo que o regulamento em causa merecerá alguma atenção na aplicabilidade para o próximo ano lectivo.

Perguntou ainda o senhor João Penetra se já existe alguma decisão do executivo acerca do montante a transferir para as Associações e Colectividades, extra-regulamento. Referiu que anteriormente “o tecto” era de 500,00 € e perguntou se a ideia deste executivo é de dar continuidade a este procedimento ou se pretende alterá-lo.

O senhor Presidente da Câmara, quanto aos apoios extra-regulamento, disse que no próximo ano manter-se-ão os procedimentos.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

**PRIMEIRO PONTO) APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ACTA RELATIVA À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2009** – Com a abstenção do membro Jacinto Valente, por não ter estado presente, foi

aprovada a acta relativa à sessão extraordinária realizada no dia 27 de Novembro de 2009.

**SEGUNDO PONTO) APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE DA CÂMARA** - O membro João Antunes congratulou-se pela ratificação do Acordo quanto à segurança. Numa altura em que os crimes públicos aumentam, é muito importante assistir à preocupação deste Município com as questões da segurança.

A senhora Presidente da Junta de Freguesia das Alcáçovas disse que naquela vila se está a sofrer as consequências do acréscimo da pequena criminalidade. Disse já se ter deslocado à G.N.R. local no passado dia 12 de Dezembro pois dois dias antes havia sido agredido um cidadão em Alcáçovas. Na G.N.R. foi-lhe transmitido que embora os factos existam, por norma as denúncias não são feitas.

O membro João Garcia disse que o tema da segurança tem sido mais incidente em Alcáçovas e enquanto exerceu o cargo de Presidente da Assembleia Municipal reuniu diversas vezes com o comando da G.N.R. em Évora, conjuntamente com o Presidente da Junta de Freguesia das Alcáçovas e com o Presidente da Câmara. Foi acordada a introdução de algumas medidas de reforço da segurança, nomeadamente através da colocação no terreno de agentes à paisana. Em seu entender, será de prosseguir este caminho de parceria com o comando da G.N.R. a fim de proporcionar uma maior segurança aos cidadãos.

O senhor Presidente da Assembleia referiu a importância da apresentação formal da queixa pois caso contrário é como se o problema não existisse. Esse incentivo tem que ser transmitido à população e poderá eventualmente esta Assembleia vir a tomar alguma deliberação sobre a matéria.

O membro Rui Gusmão disse que na sequência da visita dos eleitos aos estabelecimentos de ensino, constatou-se a existência de alguns problemas. Este ano, com um Inverno rigoroso, esses problemas são ainda mais agravados pelo que será necessário precaver situações mais complicadas. Referiu ainda que nestas situações os alunos são sempre os mais afectados, quer de Inverno quer de Verão. Sublinhou o caso da EB 2,3/S Dr. Isidoro de Sousa em que são evidentes algumas necessidades para melhoria das condições de trabalho.

O senhor Presidente da Câmara disse que a EB 2,3/S Dr. Isidoro de Sousa ainda não havia sido visitada pois este trabalho iniciou-se nos estabelecimentos de ensino básico e pré-escolar.

O membro Rui Gusmão referiu que no anterior mandato, enquanto Vereador, sempre defendeu que a Câmara Municipal tivesse um papel mais activo quanto à EB 2,3/S Dr. Isidoro de Sousa pois apesar de não ser da competência directa da Câmara, há questões de coerência que devem ser tidas em consideração tanto mais pela preocupação que sempre deve existir com o conforto desses alunos. Disse ainda que aquando da discussão da Carta Educativa, foi de opinião que aquele edifício ficasse contemplado.

O senhor Presidente da Câmara, a este propósito, referiu que a Câmara pretende trabalhar e muito na área da educação e do programa eleitoral fazia parte a análise da aceitação de competências nessa área. Contudo, tendo decorrido apenas dois meses desde o início deste mandato, há situações relacionadas com o ensino básico e pré-escolar mais prementes e que exigem uma resolução quase imediata. É disso exemplo o fornecimento de refeições aos alunos das Escolas do

S. João e das Escadinhas e a realização das actividades extra-curriculares. Está-se a estudar a hipótese de fazer deslocar os alunos para almoçarem na EB 2,3/S Dr. Isidoro de Sousa e quanto às actividades extra-curriculares está-se também a analisar a possibilidade dos alunos permanecerem na escola e as realizarem aí. Sabendo-se que o novo Centro Escolar ainda demora, é urgente proceder a algumas melhorias nos edifícios das Escadinhas e do S. João pois este último estabelecimento poucas melhorias tem relativamente ao seu tempo de estudante.

**TERCEIRO PONTO) APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** - A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a acta em minuta no final da sessão.

**QUARTO PONTO) ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR COMO VOGAL O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL (ART.º 157.º DO D.L. N.º 202/2004, DE 18 DE AGOSTO, ALTERADO E REPUBLICADO PELO D.L. N.º 201/2005, DE 24 DE NOVEMBRO)** - Nos termos do art.º 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 201/2005 de 24 de Novembro; o senhor Presidente da Assembleia apresentou uma proposta para eleição de um autarca de Freguesia a integrar como vogal o Conselho Cinegético Municipal. O senhor Presidente da Assembleia propôs a eleição do autarca da Junta de Freguesia das Alcáçovas - Luís Miguel Leal Boteta. Procedeu-se à votação por escrutínio secreto da qual resultou a aprovação da proposta com 11 votos favoráveis, 3 votos brancos e 1 voto nulo.

**QUINTO PONTO) RATIFICAÇÃO DA ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DA AMGAP - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO** - O senhor Presidente da Câmara apresentou, em linhas gerais, o contrato de constituição da AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo, celebrado por escritura pública a 25 de Setembro de 2009 e que ora se submete à Assembleia Municipal para ratificação.

O membro João Garcia disse que como se verifica pelo contrato, todos os Municípios da AMCAL, à excepção de Portel, fazem parte desta nova Associação para a Gestão da Água. Assim, apesar do grande alarido que se fez sobre este assunto numa sessão da Assembleia Municipal no anterior mandato, era inevitável o envolvimento deste Município. Afinal, constata-se que o actual executivo concorda com o sistema e tanto assim é que submeteu o documento a ratificação. Referiu ainda o membro João Garcia que na sessão da assembleia Municipal de 18 de Setembro de 2009, quando foi solicitada autorização para que este Município integrasse uma futura Associação de Municípios de fins específicos e ratificasse os respectivos Estatutos, foram explicados os principais motivos desta proposta. De entre esses motivos foram salientados o isolamento deste Município se não viesse a integrar a nova Associação e o facto dos financiamentos estarem a ser dirigidos apenas para as parcerias com a "Águas de Portugal". Sendo que a água é um bem público e que como tal deve ser vista, ficou acautelada a hipótese dos Municípios associados poderem sair do sistema e por isso a sua quota parte do capital é de 51%. Estando hoje na ordem de trabalhos o pedido de ratificação da escritura de constituição dessa nova Associação de Municípios, não tinha havido necessidade de se dizerem tantas coisas inoportunamente.

O membro José Luís Pacheco recordou que nessa sessão da Assembleia Municipal de 18 de Setembro de 2009 o senhor Presidente da Câmara não esteve presente e houve muitas questões que não foram respondidas pois o próprio Presidente da Assembleia Municipal tinha dúvidas. Recordou igualmente que nessa sessão foram inclusivamente colocadas dúvidas pelo então Vereador António Costa da Silva as quais não chegaram a ser esclarecidas. Referiu ainda o membro José Luís Pacheco que um passo desta natureza, a ser dado, deveria ter sido precedido de uma auscultação da população. Nessa sessão chegou-se até a sugerir que se adiasse a deliberação sobre esta matéria a fim de que o senhor Presidente da Câmara pudesse esclarecer todas as dúvidas. Disse ainda este membro que o facto de não poderem ficar isolados não preocupou a anterior gestão e esse isolamento foi até prática seguida em diversas áreas de actuação. Lembrou que os investimentos que se têm que efectuar, em baixa, podiam ter sido feitos com financiamento de 70% a fundo perdido, tal como fez por exemplo o município de Moura. Assim, das muitas situações herdadas, esta é uma delas...

O membro João Antunes sublinhou os prejuízos frequentes para os municípios, derivados das constantes rupturas nas condutas de água, situação que não foi tida em consideração ao serem colocadas sucessivas camadas de alcatrão nos pavimentos.

Colocada a votação a proposta de ratificação da escritura de constituição da Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo, foi a mesma aprovada por unanimidade.

**SEXTO PONTO) PEDIDO DE ACORDO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL QUANTO À AFECTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS DA DESPESA COM O PESSOAL DA AMCAL - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL EM 2010**

– O senhor Presidente da Assembleia informou que nos termos do art.º 31.º, n.º 5 dos Estatutos da Associação de Municípios do Alentejo Central (AMCAL), cabe às Assembleias Municipais dos Municípios associados dar o seu Acordo à afectação da despesa do pessoal da AMCAL em cada ano. Assim, o que se propõe à Assembleia Municipal é que dê o seu Acordo à afectação dessas despesas para 2010. Tendo sido utilizada a população como forma de imputação das despesas, a este Município corresponde o valor de 116.421,00 € para um total de 551.400,00 €.

A Assembleia deliberou por unanimidade dar o ser Acordo ao que lhe foi solicitado.

**SÉTIMO PONTO) PEDIDO DE ACORDO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL QUANTO À COMPARTICIPAÇÃO MENSAL DESTA MUNICÍPIO PARA A AMCAL - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL EM 2010 (3.500,00 €)**

– O senhor Presidente da Assembleia informou que nos termos do art.º 16.º, alínea e) dos Estatutos da Associação de Municípios do Alentejo Central (AMCAL), cabe às Assembleias Municipais dos Municípios associados dar o seu Acordo à comparticipação mensal para a AMCAL. Assim, o que se propõe à Assembleia Municipal é que dê o seu Acordo à comparticipação de 3.500,00 € para o ano de 2010.

A Assembleia deliberou por unanimidade dar o ser Acordo ao que lhe foi solicitado.

**OITAVO PONTO) PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2010** – O senhor Presidente da Câmara apresentou o mapa de pessoal para 2010, o qual faz parte integrante do orçamento municipal. O referido mapa contém a indicação do pessoal ao serviço bem como o que se prevê vir a contratar ao longo de 2010, quer na modalidade de relação jurídica por tempo determinado quer por tempo indeterminado.

O membro João Garcia referiu que da análise que fez do documento parece-lhe existir falta de pessoal operário. Disse que a Junta de Freguesia de Viana e a Câmara têm que resolver o problema da limpeza urbana pois aqui não existe uma equipa eficaz como a que existe em Alcáçovas. Referiu ainda que há eucaliptos a nascer na via pública pelo que este problema tem que ser solucionado porventura através de uma revisão do protocolo de delegação de competências para a Junta de Freguesia. Pelo que expôs, voltou a afirmar a sua convicção de que o pessoal operário é insuficiente. Disse ainda que não houve qualquer sinal de atenção para com esta matéria pois podia por exemplo já ter sido comprada uma varredora. Lamentou o estado em que a vila se encontra pois quem é amigo de Viana não gosta de a ver assim, nomeadamente com ruas que não são varridas há dez anos como é o caso da Zona Industrial.

O senhor Presidente da Câmara, acerca desta intervenção, reportou-se ao mapa de pessoal para 2009 e referiu que para o Sector de Parques e Jardins estava prevista a admissão de três pessoas enquanto que no mapa para 2010 e para o mesmo sector está prevista a admissão de cinco. Perguntou o senhor Presidente da Câmara ao membro João Garcia se é amigo de Viana só há dois meses pois até essa altura era Presidente da Assembleia Municipal e não há registo de que no ano passado tenha tido uma intervenção deste tipo quanto ao mapa de pessoal.

O membro João Garcia disse que ao colocar estas questões está somente a querer discutir os assuntos em apreço mas ao que parece as suas intervenções não estão a ser bem recebidas.

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas disse ficar satisfeita pelo facto daquela vila ser um bom exemplo em termos de limpeza urbana. Disse que apesar de existir para essa área uma única pessoa pertencente ao mapa de pessoal da Junta de Freguesia, tem-se tentado, com a ajuda de algum pessoal subsidiado, continuar o trabalho da anterior gestão. Disse que este trabalho não se tem revelado fácil uma vez que durante um mês foi realizado apenas com uma pessoa.

O membro José Luís Pacheco referiu, quanto às varredoras, que para pavimentos consistentes as melhores são as de aspiração mas para pavimentos soltos já não se podem utilizar.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana disse que no dia 2 de Novembro a Junta não tinha ao serviço qualquer trabalhador subsidiado para o serviço da limpeza urbana. Informou também que em Setembro / Outubro deveria ter havido uma aplicação de herbicida, o que não aconteceu.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar sugeriu que as papeleiras colocadas junto aos cafés tenham um recipiente próprio para os cigarros.

Votada então a proposta do mapa de pessoal para o ano de 2010 foi a mesma aprovada com as abstenções dos membros Jacinto Valente, Francisco Mestre, José Rato, João Garcia e João Rosado.



**NONO PONTO) PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2010-2013** - O senhor Presidente da Câmara apresentou os documentos previsionais para o quadriénio 2010-2013.

O membro Francisco Mestre, reportando-se ao Orçamento da Receita que prevê a entrada de verba por via da Derrama, disse que o programa eleitoral do P.S. previa acabar com este imposto.

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que a deliberação sobre o lançamento da derrama para 2010 foi tomada pela Assembleia Municipal anterior, na sessão de Setembro de 2009.

O membro João Garcia, quanto aos documentos previsionais, disse que estes não trazem grandes novidades e que tinha a expectativa de ver plasmadas nos mesmos algumas preocupações, nomeadamente a renovação da rede de águas.

O membro João Antunes felicitou o novo executivo e os Serviços Administrativos e Financeiros pelo trabalho apresentado. Disse verificar com agrado que as prioridades se centram na Economia e no Emprego. Neste último caso, salienta-se que são crescentes os pedidos de emprego nomeadamente por parte de pessoas com idade inferior a 25 anos pelo que a atenção deve ir prioritariamente para essa área. Disse ainda este membro que seria interessante vir a conhecer o projecto para a requalificação dos centros históricos das vilas bem como para a renovação das redes embora tenha a perfeita convicção que este trabalho tem que ser efectuado de forma séria e sustentada, ouvindo as pessoas e fazendo as coisas com sentido.

O membro João Garcia, acerca da intervenção do membro João Antunes, disse que gostaria de perceber a interacção deste orçamento com os problemas que apontou, designadamente com a ajuda em 2010 ao pessoal jovem desempregado.

O senhor Presidente da Assembleia disse que independentemente de todos desejarem ver o concelho desenvolvido, é do conhecimento geral quais os projectos que a anterior Câmara deixou.

O senhor Presidente da Câmara disse que todos sabem aquilo de que o Concelho precisa e não se pode comparar o processo da remodelação do estaleiro com o projecto da requalificação do centro histórico. No primeiro caso, o visto do Tribunal de Contas chegou a 26 de Outubro. No segundo caso não existia rigorosamente nada.

Disse ainda o senhor Presidente da Câmara ao membro João Garcia que a afirmação que fez de que havia ruas que não eram varridas há dez anos só prova que este membro ainda não aprendeu a estar no lugar que agora ocupa pois tendo sido Presidente da Assembleia Municipal não conseguiu fazer nada para alterar esta situação.

O membro João Garcia disse que há mais de vinte anos que vem levantando estes problemas nas Assembleias de Freguesia.

Ainda relativamente ao Centro Histórico, o senhor Presidente da Câmara disse que segundo conversa que teve com o senhor Arquitecto Massapina, não existe qualquer projecto. Quanto à Ciclovia o que existia era um esboço, não um projecto e quanto ao Centro Escolar também o projecto não se encontra concluído.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que relativamente à obra do estaleiro não existia um levantamento topográfico. A este propósito o membro José Luís Pacheco disse que terá que ser executado um muro por

administração directa dado que os trabalhos a mais não podem ultrapassar 5% do valor da empreitada e esta situação não configura trabalhos a mais mas antes erros do projecto inicial. Disse ainda este membro que é preciso esclarecer a população pois a ideia que alguém está a querer fazer passar é a de que a situação financeira do Município é boa e que ficaram muitos projectos prontos a executar. Disse ainda o membro José Luís Pacheco que relativamente à requalificação urbana foi apresentada uma intenção de candidatura na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, feita à pressa e sem ter um projecto por base. A Comissão de Coordenação notificou o Município acerca dessa situação, informando que os projectos devem estar previamente aprovados para se poderem candidatar.

O membro Rui Gusmão, tendo sido Vereador no mandato anterior, confirmou que o único projecto aprovado em reunião da Câmara foi o da remodelação do estaleiro municipal. Não passaram pela reunião de Câmara nem o centro escolar nem a requalificação do Centro Histórico.

O senhor Presidente da Assembleia referiu então o ponto da situação quanto aos projectos referidos:

- Requalificação do Centro Histórico – Não existe projecto.
- Centro Escolar – A Direcção Regional de Educação do Alentejo apontou diversas insuficiências por incumprimento da legislação aplicável.
- Remodelação do Estaleiro – Empreitada visada pelo Tribunal de Contas, mas em falta o levantamento topográfico.
- Ciclovia – Existência de um esboço, não um projecto. Na Comissão de Coordenação existia apenas uma intenção de investimento sem ter por base um projecto aprovado.

Procedeu-se então à votação dos documentos previsionais para o quadriénio 2010-2013. Os mesmos foram aprovados com as abstenções dos membros Francisco Mestre, Jacinto Valente, João Rosado, João Garcia e José Francisco Rato.

**DÉCIMO PONTO) PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS À GERÊNCIA QUE TERMINOU A 25 DE OUTUBRO DE 2009 (ART.º 52.º DA LEI N.º 98/97, DE 26 DE AGOSTO NA REDACÇÃO ACTUAL – LEI DE ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS)** – O senhor Presidente da Câmara apresentou os documentos de prestação de contas relativos ao período de 1 de Janeiro a 25 de Outubro de 2009. Informou que a elaboração das mesmas resultou do imperativo legal consubstanciado no art.º 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na redacção actual – Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

Com a abstenção do membro Francisco Mestre, foram os referidos documentos aprovados.

**DÉCIMO PRIMEIRO PONTO) PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DESTE MUNICÍPIO NA ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO ALENTEJO** – O senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta de integração do Município de Viana do Alentejo na Entidade Regional de Turismo do Alentejo e referiu que a esta

Entidade incumbe prioritariamente a valorização turística da Região Alentejo sendo a responsável por ela.

O membro João Antunes referiu que esta adesão é um excelente incremento para o Concelho avançar nesta área, tanto a nível do apoio aos agentes económicos ligados ao turismo como a nível da promoção da coesão territorial, criando por exemplo um circuito de interesse turístico das três freguesias.

Votada a proposta de integração deste Município na Entidade Regional de Turismo do Alentejo foi a mesma aprovada com as abstenções dos membros Francisco Mestre, Jacinto Valente, João Rosado, João Garcia e José Francisco Rato.

Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período de intervenção do público. Entrevi novamente o senhor João Penetra. Relativamente à questão da água e apesar de durante muito tempo as Câmaras terem resistido à adesão à “Águas de Portugal” disse ter-se tornado inevitável alterar a situação no que respeita à distribuição em alta. Relativamente à distribuição em baixa, a competência continua a ser dos Municípios o que lhes permite autonomia no tarifário.

Disse o senhor João Penetra congratular-se com a aprovação dos documentos previsionais para 2010 deste Município, sem votos contra. Disse igualmente estar satisfeito por ter ouvido a afirmação de que é estável a situação financeira deste Município uma vez que durante alguns anos teve responsabilidades como eleito no mesmo. A este propósito referiu ainda que numa sessão anterior da Assembleia Municipal que decorreu em Aguiar, “desmontou” a tese de que a Câmara estava “falida” pois considera que a Política tem que se fazer de forma séria embora esteja cada vez mais generalizada a tendência para usar na Política aquilo que não é verdade. Considerou que agora o que é importante é trabalhar em prol do Concelho, aceitando propostas construtivas venham elas de onde vierem. Não valerá a pena estar sistematicamente a remeter para o passado mas sim trabalhar para fazer o melhor possível. Por fim desejou a todos, quer eleitos no órgão executivo quer no órgão deliberativo, votos de um bom trabalho e de bom ano novo.

O senhor Presidente da Câmara, em resposta a esta intervenção do senhor João Penetra que iniciou agora o seu mandato como Presidente da Câmara Municipal de Alvito, disse que espera que os dois Municípios tenham o melhor entendimento possível, deixando de lado a “politiquite” e não entrando em questões muitas vezes marginais que em nada favorecem o trabalho que se possa fazer em conjunto.

O senhor João Penetra, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Alvito disse que aquele Município estará sempre disponível para ter este como parceiro e não como adversário.

O senhor Presidente da Assembleia antes de declarar encerrada a sessão disse que uma situação financeira desafogada pode não ser sinónimo de boa gestão, tal como bem sabe o senhor João Penetra devido à sua área de formação.

Desejou a todos votos de bom ano novo e declarou encerrada a sessão à uma hora tendo sido aprovada por unanimidade a minuta relativa à presente acta.

Aprovada a 26 de Fevereiro de 2010.

O Presidente da Assembleia,

---

O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---